

# POLÍTICA

politica@jj.com.br



CARLOS SANTIAGO  
csantiago@jj.com.br

## 'Precisa ser julgado'

O deputado federal Miguel Haddad acompanhou, de Brasília, o dia em que o ex-presidente Lula encarou o juiz Sérgio Moro. Miguel disse aguardar que a audiência, em Curitiba, seja um marco para a Justiça e para o povo brasileiro. "Há indícios que comprovam o envolvimento do ex-presidente Lula em diversos escândalos que culminaram com a crise instaurada no País. Por esse motivo, ele precisa ser investigado e julgado pela autoridade competente."

## Zé Dias cover

O presidente da Câmara de Jundiá, Gustavo Martinelli (PSDB), e o vereador Paulo Sérgio Martins (PPS) protagonizaram o momento 'relax' da sessão ordinária de terça-feira (9). Já perto do fim dos trabalhos, o delegado pediu uma questão de ordem - o que já havia feito diversas vezes antes. Foi suficiente para o presidente soltar a pérola: "Tem a questão de ordem, vereador José Carlos Ferreira Dias!" A explicação é que o ex-vereador Zé Dias é tido como um 'campeão' nesse quesito entre os colegas.

## IML Jundiá

Preocupado com os problemas enfrentados pela unidade local do Instituto Médico Legal (IML), em atender a população, o deputado estadual Junior Aprillanti (PSB) cobrou informações a respeito da capacidade de atendimento do órgão, por meio de um Requerimento de Informação ao secretário estadual de Segurança Pública, Márgio Alves, e solicitou investimentos governamentais e ampliação do efetivo.

## Sem escolta

O vereador Weslen Campos (PTN), de Várzea Paulista, é autor de um Requerimento à direção dos Correios, em que questiona se a empresa pode voltar a adotar uma prática de algum tempo atrás: a contratação de uma empresa de escolta, que possa assegurar o trabalho dos carteiros, na entrega das encomendas na zona norte varzina. Weslen é carteiro licenciado e contou que já foi assaltado seis vezes.

## Cajamar 1

A Justiça negou, ontem, habeas corpus impetrado em favor da ex-funcionária pública da Prefeitura de Cajamar Liliane Bernardo (presa desde 5 de maio). Ela é esposa de Luiz Teixeira da Silva Junior (presidente da Federação Nacional das Entidades Sociais e Comunitárias - Fenaesc - empresa que administrou, entre outros na região, o Hospital de Clínicas de Campo Limpo Paulista).

## Cajamar 2

Liliane Bernardo e o marido Luiz são acusados de participar de um esquema de desvio de dinheiro público. O Hospital de Campo Limpo rescindiu o contrato com a organização em janeiro último, após greve de médicos e falta de profissionais. Silva Júnior também teve prisão preventiva decretada pelo juiz Filipe Levada - mas é tido como foragido. A Fenaesc não respondeu até o fechamento desta edição.

► EM CURITIBA

# Depoimento de Lula a Sérgio Moro dura 5 horas e movimentou arredores da Justiça Federal

Após quase cinco horas de duração, o depoimento do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva chegou ao fim por volta das 19h desta quarta-feira (10), em Curitiba (PR). O ex-presidente chegou à sede da Justiça Federal, onde a audiência estava marcada para as 14h, por volta das 13h45. Usando uma gravata com as cores da bandeira do Brasil, ele acenou para apoiadores.

A audiência, fechada, não teve nenhum tipo de transmissão ao vivo. O juiz Sérgio Moro proibiu até a entrada de celulares na sala da audiência para evitar a divulgação do conteúdo do depoimento. Ninguém entrou no prédio, além dos participantes da audiência e

da Polícia Federal. O expediente foi suspenso.

Nesse processo, Lula é acusado de receber propina da empreiteira OAS em troca de benefícios à empresa na Petrobras nos governos petistas. O petista sofreu reverses na véspera de seu depoimento e recorreu ao STJ. Nesta quarta, porém, o tribunal negou o pedido da defesa para adiar o depoimento.

O ministro Felix Fischer, do STJ (Superior Tribunal de Justiça), negou um pedido da defesa do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva para adiar o depoimento dele ao juiz Sérgio Moro, nesta quarta (10), horas antes do depoimento.

A defesa queria acesso a

uma série de documentos requeridos à Petrobras - e também 90 dias pra analisar material depois do recebimento. Caso o pedido fosse aceito, o depoimento seria adiado.

Fischer concluiu que o material não é imprescindível para o andamento do processo. Segundo ele, "a própria pertinência da prova requerida pela defesa é questionável", uma vez que o objetivo seria "comprovar a inexistência de corrupção na Petrobras, o que, entretanto, pode ser demonstrado por outros meios".

O ministro destacou que "não há previsão legal para a suspensão da ação penal a fim de que a defesa possa analisar documentos". (Folhapress)



EX-PRESIDENTE Lula chegou à sede da Justiça Federal em Curitiba escoltado

► FINANÇAS

De janeiro até abril deste ano, cidade recebeu repasse inferior ao mesmo período de 2015, dois anos atrás

# Jundiá perde posições no índice de participação do ICMS

NIZA SOUZA  
csouza@jj.com.br

Depois de seis anos, Jundiá voltou a perder posições na distribuição do índice de participação do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS). O índice referente a 2015-2016 caiu 3,82% em relação ao ano anterior. O resultado é uma queda significativa nos repasses do tributo feitos pelo governo do Estado.

Levantamento feito pela reportagem do JJ Regional no site da Secretaria Estadual da Fazenda mostra que, de janeiro a abril deste ano, Jundiá recebeu R\$ 150,8 milhões de repasses relativos ao ICMS, valor inferior ao repasse dos dois últimos anos. No ano passado, no mesmo período, o valor foi de R\$ 165 milhões e em 2015, R\$ 154 milhões.

Conforme o site da Secretaria da Fazenda, o índice de 2014 era de 2,03486803, o maior da série histórica para a cidade. Em 2015, caiu para 1,95717747. A última vez que o município registrou queda na parti-

cipação foi em 2008-2009, com redução de 0,4%.

A Unidade de Gestão de Governo e Finanças informa que o índice de participação é regulado pela Lei Complementar Federal nº 63/90 e tem como base de construção a distribuição calculada sobre a proporção do valor adicionado nas operações relativas à circulação de mercadorias e nas prestações de serviços, realizadas no Estado, conforme estabelecido na Constituição Federal de 1988. O índice final aplicado corresponde à média dos índices apurados no dois anos imediatamente anteriores ao da apuração.

A rota de crescimento na participação de Jundiá, segundo a nota da Unidade de Finanças, foi alterada em 2008-2009 em razão da crise financeira, que passou rápido naquele período, mas foi mais aguda em 2014-2015, o que resultou nessa redução de 3,82% no índice aplicado em 2016-2017.

"Portanto, só com essa queda de 3,82%, em termos reais, no ICMS não seria possível atingir a arrecadação esti-

mada pela administração anterior para o orçamento de 2017, que está com frustração prevista de cerca de R\$ 85 milhões", diz a nota.

Para efeitos comparativos, a Unidade de Finanças explica que, se o valor arrecadado no Estado de São Paulo for o mesmo do ano passado, somente com a correção monetária no período, a cidade vai receber para o ano todo de 2017 um valor semelhante ao de 2016. "Um crescimento nominal abaixo da inflação, portanto, podendo flutuar entre R\$ 505 e 510 milhões."

Para amenizar o impacto dessa queda, já que o repasse do ICMS é a principal fonte de arrecadação da prefeitura, o gestor José Antonio Parimoschi destaca que a Administração vem realizando ajustes orçamentários e financeiros. "Entretanto, na persistência e agravamento da situação orçamentária, serão adotadas outras medidas adicionais de ajuste, em atendimento à Lei de Responsabilidade Fiscal e disciplinadas no Decreto de Execução Orçamentária."



GESTOR José Antonio Parimoschi, de Finanças, diz que serão adotadas medidas de ajuste

► SAÚDE

# Vereadores querem central regional no São Vicente

Vereadores dos municípios do Aglomerado Urbano de Jundiá (AUJ) querem a criação de uma 'central regional' dentro do Hospital São Vicente. Para eles, esta providência ajudaria a diminuir os problemas de falta de comunicação que, afirmam, existe hoje entre a Central de Regulação de Ofertas de Serviços de Saúde (Cross) - órgão da Secretaria Estadual de Saúde - e o próprio HSV.

As conversas começaram reunindo o presidente da Câmara de Várzea Paulista, Silso das Neves (PRB), o vereador jundiáense Romildo Antô-

nio (PR) e Agostinho Moretto, representando o Conselho Municipal de Saúde de Jundiá.

## Argumentos

Silso e Romildo argumentam da mesma forma: segundo eles, há inúmeros casos de pacientes que precisam de transferência dos seus respectivos municípios para o São Vicente, recebem a notificação do hospital de que há vaga e, quando chegam a Jundiá, ainda são obrigados a esperar pelo atendimento - porque o Cross não enviou a autorização.

"O povo reclama da de-

mora no atendimento", afirma Romildo. "Tem muita gente sofrendo com a situação. Está faltando agilidade", reforça Silso - que enviou uma moção à Secretaria Estadual, relatando os problemas, mas ainda não obteve retorno.

## Reunião

Os dois estão em contato com parlamentares dos municípios vizinhos para que a ideia 'ganhe corpo'. Ao mesmo tempo, esperam ter uma reunião na próxima semana com a diretoria do Hospital São Vicente para tratar do assunto. (Carlos Santiago)

► DE GILMAR MENDES

# Janot se manifesta contra impeachment

O procurador-geral da República, Rodrigo Janot, se manifestou nesta quarta (10) contra um pedido de impeachment do ministro Gilmar Mendes, do STF (Supremo Tribunal Federal). Para Janot, não há base legal no pedido contra o magistrado e, por isso, o caso deve ser arquivado.

O posicionamento do chefe do Ministério Público consta de parecer juntado ao mandato de segurança que pede o impeachment. A relatoria da ação é do ministro Edson Fachin. Faz parte do processo ouvir o MP.

O mandato de segurança é assinado por juristas,

incluindo o ex-procurador-geral da República Claudio Fonteles.

Para eles, Mendes teve atitudes questionáveis, tais como manifestações públicas sobre processos do STF, declarações que indicam quebra de imparcialidade, demora injustificada na devolução de processos em que pediu vista e atos que denotam envolvimento em atividades político-partidárias.

O impeachment de Gilmar Mendes foi pedido em 2016 ao Senado e o então presidente da Casa, Renan Calheiros (PMDB-AL), arquivou o caso. (Folhapress)